



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

O RACISMO E A PRODUÇÃO DE EXPROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Jéssika Larissa Sousa Lima¹

Resumo: O presente artigo analisa o racismo na produção de expropriações inerentes a acumulação primitiva, por meio da histórica e crítica análise de Marx (2013), e a contemporaneidade, por meio da atualização do debate realizado por autores como Fontes (2010) e Harvey (2004), reconhecendo esse processo como permanente, contínuo e em expansão, uma vez que o capitalismo necessita de uma crescente e indiscriminada subjugação da humanidade ao mercado. O racismo está na base das expropriações que possibilitam a estruturação do modo de produção e das expropriações contemporâneas que garantem sua expansão, fazendo com que populações negras sejam os seus alvos prioritários.

Palavras – chave: Racismo, Expropriação, Capitalismo

Abstract: This article analyzes racism in the production of expropriations inherent in primitive accumulation, through the historical and critical analysis of Marx (2013), and contemporaneity, through the updating of the debate carried out by authors like Fontes (2010) and Harvey (2004). Recognizing this process as permanent, continuous and expanding, since capitalism needs an increasing and indiscriminate subjugation of humanity to the market. Racism is the basis of expropriations that allow the structuring of the mode of production and contemporary expropriations that guarantee its expansion, making black populations their priority targets.

Keywords: Racism, Expropriation, Capitalism

INTRODUÇÃO

O presente artigo, de caráter aproximativo, analisa o papel do racismo na produção de expropriações no contexto da acumulação primitiva e na contemporaneidade, reconhecendo esse processo como contínuo e permanente. O racismo é entendido como

uma doutrina, uma ideologia, ou um sistema sobre o qual se apoia um segmento populacional considerado superior, por causa de características fenotípicas ou culturais, a fim de conduzir e subjugar um outro tido como inferior. Além de todos os aspectos presentes na definição, destacamos o caráter desumanizador inscrito na concepção de racismo. Em última instância o racismo serve como forma de catalogação dos indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com suas características raciais” (FLAUZINA, 2008 p. 16).

A acumulação primitiva é descrita e analisada por Marx como a pré-história do capital que se fundamenta na separação do produtor rural dos seus meios de produção por meio de expropriações violentas que criam as condições essenciais para expansão do modo de produção capitalista: a imposição do trabalho como único meio de subsistência e a

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade de Brasília. E-mail: <jessikalima.unb@gmail.com>.

consequente subjugação do trabalhador ao mercado. Esse processo complexo possui evidentes, porém por vezes ignoradas, dimensões raciais, uma vez que a acumulação primitiva em países europeus se articula à colonização e escravidão no continente africano e na América Latina. Esse fenômeno multideterminado encontra no racismo uma via de sustentação que possibilita uma contínua expropriação dos territórios massivamente ocupados por populações negras.

A necessidade de subjugação do trabalhador ao mercado não é episódica e sim constante e crescente, fazendo com que as expropriações sejam contínuas. Na contemporaneidade, seu motor é o imperialismo que impõem ao conjunto da humanidade a mercantilização de todas as dimensões da vida. Contudo, incidem desigualmente sob os territórios e no interior desses territórios sob suas populações. As populações negras são alvos prioritários de expropriações, uma vez que o racismo, como elemento estrutural do capitalismo, faz com que recaiam sob essa população as dimensões mais selvagens da exploração.

O artigo organiza-se em três tópicos: o primeiro analisa as expropriações na acumulação primitiva por meio da análise de Marx, incluindo no debate as dimensões raciais desse processo. O segundo analisa a complexa dinâmica das expropriações contemporâneas movida pelo capital imperialista. O terceiro faz breves considerações sobre o caso brasileiro em que o racismo na produção de expropriações contemporâneas torna-se evidente. E são apresentadas as considerações finais.

1. A Expropriação na Acumulação Primitiva

A acumulação primitiva que se inicia por volta do século XV, XVI corresponde a pré-história do capital e o ponto de partida da estruturação do modo de produção capitalista. Analisando a sociedade europeia onde se estabeleceu as protoformas do capitalismo, Marx (2015) pontua que esse momento histórico foi marcado pela separação dos produtores rurais dos seus meios de produção, dando origem ao trabalhador assalariado e ao capitalista.

Anteriormente a esse processo, os trabalhadores usufruíam de terras coletivas (Terras da igreja, terras comunais, terras do Estado) para provimento de sua subsistência, tendo certo controle sobre o exercício de seu trabalho. Com a acumulação primitiva “são liberados da servidão, da coação corporativista, de todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhe ofereciam” (MARX, 2015). São expropriados dos meios e instrumentos de produção, alterando a natureza do trabalho realizado no âmbito da família e que passa a ser realizado no âmbito da indústria.

Marx (2015) destaca como métodos da expropriação: o roubo das terras comunais a partir da transformação das terras de lavoura em pastagem, o roubo colossal dos bens da igreja e o roubo dos domínios estatais. Esse processo de expropriação tem a finalidade de estabelecer o imperativo do trabalho ao instituir a venda da força de trabalho como único instrumento de garantia de subsistência, transformando o trabalhador rural em trabalhador assalariado, livre para exploração do capital. O trabalhador que provia seu sustento por meio da produção direta na terra, a partir do momento em que é expropriado dela, que por sua vez é transformada em artigo comercial, passa a ter que prover seu sustento via mercado.

O roubo dos bens da igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram tantos métodos idílios de acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para agricultura capitalista, incorporando o solo ao capital e criaram para indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (MARX, 2015 p. 523).

Destaca-se a brutal violência inerente à acumulação primitiva e a expropriação. Os produtores rurais, camponeses, servos e arrendatários eram retirados a força de suas terras por meio de açoites e torturas de modo que “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2015 p. 514).

Há uma latente dimensão racial nesse processo que vincula as bases do modo de produção capitalismo ao racismo. Segundo Silva (2011), a acumulação primitiva vincula-se à colonização das Américas e Antilhas uma vez que, enquanto na Europa o trabalhador tornava-se assalariado, nos países colonizados tornavam-se escravos e integrantes dos meios de produção. Marx (2013 p. 821) destaca como momentos fundamentais da acumulação primitiva:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, **a transformação da África numa reserva para caça comercial de peles negras** caracterizam a aurora da era da produção capitalista.

A colonização e a escravidão a ela inerente foram condições para a acumulação do capital, cumprindo a função de alimentar o mercado Europeu em formação, por meio de uma ampla estrutura de superexploração que garantiu as metrópoles saquearem recursos e produtos à custos baixos e vendê-los a custos elevados, movimentando a economia nascente. Segundo Silva (2011), a base da produção colonial de fumo, açúcar, algodão, prata e ouro foi o trabalho escravo. Além disso, a escravidão foi lucrativa aos Estados

absolutistas, pois possibilitou a estruturação de uma indústria naval por meio do tráfico de africanos.

Esse escravismo colonial que impulsionou o comércio e a indústria burgueses teve como marca mais profunda, a nosso ver, um processo de divisão racial da sociedade. As novas relações sociais baseadas na expropriação do trabalhador mediante a extração da mais-valia dão o suporte a novas classes sociais, mas sob o impulso do colonialismo essas classes são compostas igualmente por uma divisão racial. A divisão racial dela resultante se dá pelo fato de que o violento processo de comercialização da mão de obra escrava para as colônias americanas tem por centro o tráfico de escravos do continente africano habitado por povos e nações negras (SILVA, 2011 p. 29-30)

No século XVI, conforme aponta Bernadino e Grosfoguel (2016), estabeleceu-se o eurocentrismo “entendido com imaginário dominante do mundo moderno/colonial que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial” a partir da divisão do mundo em superiores e inferiores, dominantes e dominados, brancos e negros. Uma das estratégias de legitimação da dominação era o questionamento da humanidade de determinados sujeitos, debate de bases teleológicas que, conforme aponta Grosfoguel (2016), irá fundamentar o discurso científico do século XX, tornando-se princípio organizador da divisão internacional do trabalho.

Infere-se desse modo, que a acumulação primitiva foi um processo complexo que ultrapassou os limites geográficos do continente europeu e que as relações por ela estabelecida instituíram a base de sustentação da reprodução ampliada do capital, no qual o racismo constitui elemento estrutural.

Destaca-se o caráter atroz das expropriações direcionadas aos corpos negros de bases materiais e simbólicas, uma vez que a população negra vivenciou tanto a expropriação clássica definida por Marx no contexto da acumulação primitiva quanto expropriações simbólicas a partir da completa negação de sua humanidade. Ou seja, houve uma completa subjugação da população negra ao mercado, transformando-a na própria mercadoria e demarcando o seu lugar na estrutura produtiva. O racismo foi o fundamento desse processo, pois garantiu suportes materiais e ideológicos para uma superexploração que, por um lado, possibilitou a intensa produção de mais-valia e, por outro, pressionou a força de trabalho recém assalariada a se adequar às condições de produção.

2. A Dinâmica das Expropriações Contemporâneas

Após e por meio da acumulação primitiva, o capitalismo se consolida como modo de produção hegemônico tendo como fundamento a acumulação do capital, a apropriação privada da riqueza, a socialização da pobreza, a contradição, o antagonismo de classe e a exploração da força de trabalho. Apesar de resguardar o que lhe é peculiar e característico,

o capitalismo se movimenta e se reorganiza, transitando entre diferentes estágios: concorrencial, imperialista, monopolista.

Segundo Fontes (2010), a expropriação não é um momento episódico limitado ao contexto da acumulação original, mas um processo permanente que se generaliza com a expansão do capitalismo, tornando-se meio e resultado da acumulação. Para a autora, a acumulação primitiva e a consequente separação dos trabalhadores dos meios de produção, com ênfase na terra, representa o que ela denomina de expropriações primárias responsáveis por estabelecer as relações fundamentais para o desenvolvimento capitalista, ainda em curso. Harvey (2004) destaca como formas contemporâneas de expropriação das terras comuns à corporativização e prizatização dos bens públicos, como as universidades e dos recursos naturais, como a água, que indicam um amplo processo de subjugação de todas as dimensões da vida ao capital.

A situação de trabalhadores rurais impelidos a se deslocarem para o setor urbano por meio do êxodo rural também é expressão da expropriação primária no contexto contemporâneo. Fontes (2010) aponta que as taxas de urbanização na América Latina em 1950 eram de 42% e que, em 2007, passaram a 78%; na África eram 15% e passaram a 41%. A urbanização é elemento inerente ao desenvolvimento do capitalismo e resultado de expropriações primárias. Desse modo, os dados indicam sua continuidade em continentes colonizados e que contam com a representatividade massiva de populações negras.

As expropriações secundárias não se referem propriamente a esse processo de separação dos produtores dos meios de produção, ainda que com ele dialogue, uma vez que os trabalhadores alvos de sua ação já se encontram previamente atingidos pela expropriação primária, tendo como principal exemplo os trabalhadores urbanos. Tais expropriações denominadas de secundárias são resultados da ação do capital-imperialismo e pressupõem a exasperação da disponibilidade dos trabalhadores ao mercado (FONTES, 2010 p. 54).

Trata-se da imposição – mais ou menos violenta- de uma lógica de vida social pautada pela supressão dos meios de existência ao lado da mercantilização dos elementos necessários a vida, dentre os quais figura centralmente a nova necessidade sentida objetiva e subjetivamente da venda da força de trabalho (FONTES, 2010 p. 88).

No século XX, conforme aponta Fontes (2010), direitos sociais e trabalhistas foram alvos de expropriações massivas. Para melhor compreensão desse processo, faz-se necessário analisar os principais elementos da dinâmica capitalista e o seu caráter imperialista.

Ao longo de sua história, o capitalismo vem passando por crises. É inerente a esse modo de produção a ocorrência de crises periódicas desencadeadas pelo orgânico

desencontro entre produção e consumo. Segundo Harvey (2004 p. 78), “essas crises são tipicamente registradas como excedentes de capital [...] e excedentes de força de trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de conjuga-los lucrativamente a fim de realizar tarefas socialmente úteis”.

Desse modo surge a questão do que torna possível a sobrevivência do capitalismo diante de um cenário de instabilidades e crises. No centro desse processo encontram-se os diversos instrumentos de expropriação primárias e secundárias que, desde os primórdios do modo de produção tem garantido as condições necessárias para manutenção da acumulação do capital e a hegemonia de grupos específicos.

Harvey (2004) aponta a contínua busca do capital por formas lucrativas de investir o excedente gerador de crises. A expansão geográfica e reorganização espacial é um dos instrumentos fundamentais desse processo, que tem suas bases no estabelecimento de intercâmbios comerciais em escala mundial que determinam o surgimento das divisões territoriais e espaciais do trabalho e o desenvolvimento desigual e combinado.

Segundo o autor, a competição faz com que os capitalistas se movimentem no espaço geográfico à procura de condições favoráveis a acumulação, ou seja, a procura de capital de custos baixos para produção de lucros altos. Contudo, essa competição possui um caráter monopolista, uma vez que existem um conjunto de desigualdades e assimetrias entre classes e nações que delimitam suas respectivas possibilidades de praticarem e se beneficiarem do livre comércio. Harvey (2004 p. 84) destaca as “exclusões advindas da peculiaridade da localização”, entre elas a propriedade privada da terra. observa-se, desse modo, que a privatização do uso da terra por meio da acumulação primitiva conferiu privilégios a grupos específicos.

A ordenação espaço temporal, segundo Harvey (2004), é uma via particular utilizada pelo capitalismo para o solucionar e/ou atenuar suas crises. Os países, sobretudo os econômicos e politicamente hegemônicos, como os integrantes da tríade (Estados Unidos, Japão e Europa), transportam seus excedentes disponíveis aos territórios em condição de escassez. Como o objetivo central é o investimento lucrativo desses excedentes, exige-se, em contrapartida, que os territórios receptores possuam meios de pagamento que podem ser o dinheiro, a mercadoria, a ajuda ou o crédito.

O capitalismo sobrevive a partir da hierarquização a nível mundial de territórios e nações por meio de uma particular organização espaço-temporal e geográfica de caráter desigual e combinado, formando um todo estruturado que tem possibilitado sua sobrevivência diante de crises periódicas e estruturais por meio da contínua expropriação primária e secundária.

A partir de Harvey (2004), observa-se que os países hegemônicos e suas respectivas burguesias minimizam suas contradições internas, entre elas o conflito de classes, por meio do colonialismo e imperialismo. Em momentos de crise, a insatisfação das classes dominadas se acirra, podendo acarretar, a depender da correlação de força e organização da sociedade, conflitos de classe e efervescência política.

A estratégia de transferir os excedentes disponíveis para serem investidos lucrativamente em outros territórios viabilizada pelo imperialismo possibilita atenuar tal situação. Desse modo Harvey (2004 p. 107) pontua que o imperialismo “não resultou de imperativos econômicos absolutos, mas da resistência política da burguesia à renúncia de quaisquer de seus privilégios”.

Desse modo, o imperialismo é o motor das expropriações contemporâneas. O racismo é um determinante do imperialismo, funcionando como produtor de assimetrias raciais em nível global, uma vez que é preferível “degradar populações distantes (em particular as que são diferentes em termos raciais, étnicos e culturais)” (Harvey 2004 p. 113) Desse modo, ainda que o capitalismo imponha a miséria e pobreza via expropriações a um amplo conjunto da humanidade, a população negra é o alvo prioritário.

A própria divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos resguardam assimetrias raciais, uma vez que a população branca se concentra na primeira e a população negra na segunda, expressando uma divisão racial de dimensão mundial e nacional.

São sem dúvidas as populações desses territórios mais vulneráveis que têm que pagar o preço inevitável em termos de perdas de ativos, perda de empregos e perda de segurança econômica, para não mencionar perda de dignidade e esperança. E por meio da mesma lógica que requer os territórios vulneráveis sejam os primeiros a serem atingidos, assim também são tipicamente as populações mais vulneráveis desses territórios que suportam o principal ônus que sobre eles recair. Foram os pobres das regiões do México, da Tailândia e do Brasil que mais sofreram com as depreciações causadas pelas crises financeiras dos anos 1980 e 1990 (HARVEY, 2004 p.113)

Fontes (2010) pontua que as expropriações não incidem homoganeamente sobre as classes subalternas, contudo problematiza a divisão feita por alguns autores entre a situação dos trabalhadores assalariados e não assalariados. Segundo a autora, nas análises de Quijano sobre a América Latina, por exemplo, há uma cisão entre trabalhadores assalariados em sua maioria imigrantes europeus brancos e trabalhadores nacionais e não assalariados, negros e indígenas, que confere privilégios aos primeiros. Ela aponta uma problemática em tais interpretações pois, segundo ela, obstaculiza a criação de espaços comuns de luta, culpabilizando os trabalhadores pela produção de preconceitos e tornando irrelevante a análise da comum expropriação dos trabalhadores.

Observa-se que o racismo não é compreendido, pela autora, como elemento estrutural do modo de produção capitalista, como produtor de acessos diferenciados ao sistema produtivo e fundamento da organização mundial do trabalho, da exploração e da produção de mais valia. As expropriações direcionadas ao conjunto da humanidade resguardam especificidades quando consideramos os seus fundamentos raciais. O racismo, ao longo da história do capitalismo, possibilitou expropriações de intensidade e natureza diversa que diferenciam no interior desse processo populações negras e brancas pertencentes a classes subalternas. Obviamente esse processo não é homogêneo, tampouco linear, contudo possui repercussões mundiais.

Desse modo, o capitalismo associa-se ao racismo para potencialização da produção de mais-valia via superexploração da população negra beneficiando assim tanto os brancos proprietários de meios de produção por garantir a manutenção de superlucros quanto os brancos expropriados dos meios de produção por garantir vantagem competitiva no acesso ao mercado de trabalho. Ressalta-se que essa vantagem não é absoluta, uma vez que a expropriação atinge o conjunto da humanidade.

Discorda-se da análise de Fontes (2010) de que a ênfase nas distinções existentes no interior das classes subalternas dificulte o reconhecimento de expropriações comuns e a construção de lutas coletivas. Pelo contrário, são condições para que as lutas coletivas tenham materialidade na construção de melhores condições de vida para o conjunto da humanidade.

A partir do supracitado infere-se que o capital imperialismo atua por meio das expropriações contemporâneas, de caráter permanente e contínuo, para garantir a sobrevivência e a expansão do capitalismo por meio da ordenação espaço temporal e sua consequente divisão do mundo entre países hegemônicos e periféricos. Tal divisão possibilita a estruturação de uma geografia política e econômica do poder, cujo um de seus componentes é a divisão racial do trabalho. O racismo como elemento estrutural do capitalismo fundamenta e torna possível a exacerbação da barbaridade das expropriações e sua constante expansão.

3. Breves considerações sobre o racismo na produção de expropriações contemporâneas no Brasil

Os países hegemônicos e centrais do capitalismo encontram na América Latina as condições favoráveis a expansão do capital por meio de uma intensa e constante expropriação. As bases do modo de produção capitalista no continente desenvolvem-se de modo diferenciado da forma que ocorreu nos países do capitalismo central, fazendo com

que Marini o caracterize como um “capitalismo *sui generis* que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva de seu conjunto” (1973, p.2).

Fernandes (2009) pontua que a América Latina é produto da expansão colonial da civilização ocidental que em diversos momentos históricos cumpriu a funcionalidade de garantir a acumulação e expansão do modo de produção, em benefícios dos países centrais. Segundo o autor, na América Latina “o capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna” (p. 35) carecendo de dimensões estruturais o que limita as possibilidades das classes de exercerem suas funções construtivas e destrutivas. O autor aponta que o capitalismo no continente reproduz a expropriação, mas acrescenta “a acumulação do capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos internos e externos” (2009, p. 45). Isso significa que as expropriações na América Latina precisam alimentar os interesses de acumulação de dois grupos, o que só é possível mediante uma acentuada superexploração.

O Brasil, país marcado pelo colonialismo e escravidão, é resultado desse processo ainda que sua formação resguarde especificidades. As formas contemporâneas de expropriação manifestam-se a partir da crise estrutural do capital de 1970, que atinge o país sobretudo a partir de 1990, impondo, por meio de instituições mundiais em pleno uso de suas prerrogativas imperialistas, um conjunto de contrarreformas restritivas de direitos. Boschetti (2016) aponta que esse fenômeno se fundamenta na intensa disponibilização da força de trabalho ao mercado e da transformação de direitos em mercadoria. Os alvos prioritários de expropriação, segundo a autora, são os direitos trabalhistas, previdenciários e de saúde.

Todo o processo é determinado por uma dinâmica mundial sustentada pelo neoliberalismo, pela hegemonia do capital financeiro no direcionamento de acumulação e pela reestruturação produtiva. Desse modo, representa a busca dos países centrais por melhores condições de expansão, ou seja, melhores condições de exploração. É importante destacar que a vinculação das classes dominantes internas com as classes dominantes externas renova as bases de produção e reprodução da dependência e da expropriação.

Múltiplos são os fatores que determinam e condicionam a dinâmica do capitalismo, entre eles o racismo. Se por um lado o conjunto da América Latina e da população brasileira arca com o preço da crise, as populações vulneráveis desses territórios arcam com um ônus ainda maior. O Brasil é um dos países com maior quantidade de pessoas negras fora da África e não por acaso essa população é a que apresenta os piores indicadores de condição de vida e trabalho.

A vinculação da população negra ao mercado de trabalho formal sempre foi frágil, uma vez que, com a abolição da escravidão, o recém mercado de trabalho livre foi

direcionado no sentido da exclusão da força de trabalho negra e indígena e da valorização da força de trabalho branca imigrante (MARTINS, 2012).

O trabalho passa a constituir elemento determinante para o processo de reprodução de desigualdades raciais. O lugar destinado ao negro na estruturação do mercado de trabalho brasileiro reproduz a sua inferiorização, uma vez que, conforme apontado por Martins (2012, p. 456) a discriminação racial passa a ser adotada como insígnia do modo de produção baseado no trabalho livre.

Apesar da crise configurar-se como fenômeno mundial, Martins (2012) pontua que estratégias de enfrentamento a crise atingem, sobretudo, a população negra, aprofundando o desemprego entre essa população e sua inserção no trabalho precário e informal. Desse modo, as expropriações dos direitos trabalhistas por meio da precarização, terceirização, realização de trabalho desprovidos de direito, incidem em maior intensidade sob a população negra do país.

Segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgados através do PNAD², em 2013 o percentual de brancos em trabalhos informais era de 34,7%, já o de pretos e pardos era de 48,7%³. Com base na SEPPIR⁴ (2013 p. 25), a distribuição de negros é superior em empregado sem carteira, empregado doméstico, conta própria não contribuinte, não remunerado e trabalhador para próprio consumo. Os trabalhadores brancos apresentam maior concentração na atividade de empregador”.

Articulada a essa conjuntura de desestruturação do trabalho, as contrarreformas promovidas na previdência social reduzem as possibilidades de cobertura para a população negra, prolongando o seu histórico de desproteção. Uma vez que a vinculação da população negra ao mercado de trabalho formal sempre foi precária, infere-se que dificuldades de acesso da população negra à previdência social sempre existiram e que são intensificadas do contexto atual por meio do

(...) aumento da idade mínimo exigida para aposentadoria; ampliação do tempo de contribuição; estabelecimento do teto máximo e/ou diminuição do nível relativo das montantes de aposentadorias e pensões; alinhamento da idade exigida para homens e mulheres e introdução de novas formas de financiamento regressivo por impostos... desenvolvimento de sistemas aposentadorias complementares (BOSCHETTI, 2016 p. 133).

Outras formas de expropriações atingem diretamente a população negra, como a continua luta das comunidades quilombolas pela preservação de seu território expressando a contemporaneidade dos processos de acumulação primitiva. A reforma ministerial do governo Temer que extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude

² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio;

³ Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013;

⁴ Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

e dos Direitos Humanos em um evidente descompromisso com as pautas raciais e de gênero tornando mais contundente as expropriações.

Considerações finais

As expropriações são processos permanentes e contínuos que possibilitam a expansão do modo de produção capitalista atingindo, sobretudo, nações e populações negras. As expropriações não se restringem a grupos específicos, mas encontram no racismo uma via de sustentação para extração de mais valor por meio da superexploração. Exemplo disso é que as expropriações direcionadas ao continente africano, em geral, não repercutem e nem são alvos de comoção no ocidente, ampliando o campo de ação e exploração do capital-imperialismo.

O racismo estabelece-se como central para expropriação na acumulação primitiva servindo como justificativa para dominação e exploração. Desse modo, está presente na pré-história do capital, constituindo-se como elemento estrutural do modo de produção e um dos fundamentos de sua organização e dinâmica interna e externa.

No caso do Brasil, país com uma grande concentração de pessoas negras as expropriações também se manifestam como um processo contínuo que limita o acesso dessa população a democracia burguesa. Historicamente, as expropriações estão associadas a um tipo particular de inserção da população negra ao capitalismo. O lugar destinado à população negra no mercado de trabalho é central, pois condicionou o seu acesso a uma emancipação política restrita. Segundo Fernandes (2009 p. 81), “o trabalho assalariado classifica socialmente faculta condições mínimas de participação social, econômica e cultural e concorre para promover a integração de seus agentes humanos ao sistema nacional do poder”.

A defesa de que o racismo e as desigualdades raciais no Brasil se resolveriam por meio do acesso da população negra ao mercado de trabalho formal equivaleria a defender o horizonte da sociedade burguesa como o único possível. Concorda-se com Marx (2010 p. 41) de que a “emancipação política de fato representa um grande progresso, não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva de emancipação humana dentro da ordem vigente até aqui”. Desse modo, a emancipação política da população negra é importante, contudo incapaz de resolver o conjunto de contradições que vincula o racismo ao capitalismo.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, Apr. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso>. access on 23 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo, Cortez, 2016. Item 3.2 Expropriação pela privatização e redução da previdência e da saúde pública. P.122-138

CARVALHO, Silva Cristina. Eurocentrismo e Racismo: o fetiche nas relações sociais da sociedade capitalista. Revista SER SOCIAL- Departamento de Serviço Social. V. 19, N. 41 Brasília, 2017.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo** – teoria e história. Rio de Janeiro, FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, 2010. Capítulo 1. P.21-98

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento das universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios ao longo do século XVI. In: Revista Sociedade e Estado, vol 3, n. 1, Janeiro/Abril 2016

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Caps. 3 e 4. p. 77-148

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD/2013* Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>> Acesso em 16 de Ago de 2017.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Racismo no mercado de trabalho : limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil / Recife : O Autor, 2012.**

_____, Tereza Cristina Santos. **O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 450-467, Sept. 2012

MARK.K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. 1ª ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2015. Cap. 24: A assim chamada acumulação primitiva. P. 785-833

MARX, Karl. **Produção Progressiva de uma Superpopulação Relativa ou Exército Industrial de Reserva** In: O CAPITAL: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Incluir as cartas de Marx a Ruge nos Anais Franco-Alemães e o Prefácio Daniel Bensaïd. São Paulo, Boitempo, 2010. p. 9-72

PAIXÃO, Marcelo et alii. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010**. Marcelo Paixão, Irene Rossetto, Fabiana Montovalene e Luis Marcelo Carvano (orgs) Rio de Janeiro: Garamond.

SILVA, Uelber Barbosa. **O Racismo como Expressão da Alienação**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2011.